

Relatório Mensal sobre as Violações Israelenses na Cisjordânia – Outubro de 2025

Dr. Rasem Bisharat

Doutor em Estudos do Oeste Asiático e Comissário de Relações Exteriores da Organização Al-Baidar para a Defesa dos Direitos dos Beduínos e das Aldeias Alvo – Palestina

Introdução

A Organização Al-Baidar para a Defesa dos Direitos dos Beduínos e das Aldeias Alvo continua a desempenhar um papel de liderança na observação e documentação das violações israelenses contra as comunidades beduínas e rurais nas diversas províncias da Cisjordânia, no âmbito de sua missão humanitária e de direitos humanos voltada à proteção da presença palestina em áreas ameaçadas e à resistência às políticas de deslocamento forçado e colonização.

Por meio de suas equipes de campo distribuídas em todo o território e de uma ampla rede de voluntários locais e pesquisadores de direitos humanos, a organização trabalhou durante todo o mês de outubro de 2025 na coleta de informações documentadas nos locais dos incidentes, no registro de testemunhos das vítimas e na revisão das denúncias apresentadas pelos residentes das aldeias e localidades atingidas.

Os esforços de monitoramento concentraram-se nas comunidades beduínas situadas a leste de Jerusalém, no Vale do Jordão setentrional e nas regiões de Jenin, Tubas, Salfit e Hebron, além das aldeias agrícolas próximas aos assentamentos, que sofreram um aumento significativo nos ataques de colonos durante a época da colheita das oliveiras.

O relatório baseou-se em dados provenientes de visitas de campo diretas, acompanhamento diário por correspondentes locais e documentação visual das violações através de fotos e vídeos, garantindo a precisão e a credibilidade na apresentação dos fatos.

Este relatório mensal insere-se nos esforços contínuos da Organização Al-Baidar para oferecer um panorama abrangente da realidade humanitária em deterioração nas áreas ameaçadas pela expansão dos assentamentos, destacando a magnitude das violações que afetam os civis palestinos, seus meios de subsistência e suas terras agrícolas e de pastagem, contribuindo assim para apoiar os esforços jurídicos e mediáticos voltados a impedir o deslocamento forçado e responsabilizar a potência ocupante por seus crimes contra a população civil palestina.

Distribuição geográfica das violações israelenses

Durante o mês de outubro de 2025, as províncias da Cisjordânia testemunharam uma intensificação generalizada das violações cometidas pelas forças de ocupação israelenses e pelos colonos, afetando diversos aspectos da vida palestina — desde a demolição de casas e confisco de propriedades até agressões físicas e a ampliação das atividades de colonização —, além de ataques sistemáticos contra os colhedores de azeitonas e agricultores.

A Organização Al-Baidar documentou um total de 384 violações nas províncias da Cisjordânia, distribuídas de forma desigual, refletindo o padrão geográfico e espacial de agressão adotado pelas autoridades de ocupação.

- A província de Nablus ficou em primeiro lugar com 89 violações, evidenciando o elevado nível de ataques repetidos às aldeias do sul e leste, especialmente às que fazem fronteira com assentamentos.
- Em seguida, Ramala e Al-Bireh registraram 84 violações, em sua maioria ataques de colonos contra agricultores durante a colheita das azeitonas, além de demolições de casas e restrições de acesso às terras agrícolas das comunidades beduínas a leste da província.
- Hebron ficou em terceiro lugar com 43 violações, concentradas nas zonas sul e leste, onde há alta densidade de colonatos.
- Tubas e o Vale do Jordão setentrional registraram 38 violações, refletindo a política israelense de contínua pressão sobre as comunidades pastoris e beduínas, especialmente por meio de confisco e demolições.
- Salfit teve 33 violações, na maioria relacionadas à expansão de assentamentos e à abertura de estradas de desvio.
- Jericó e o Vale do Jordão registraram 21 violações, centradas na expulsão de pastores e confisco de equipamentos agrícolas.
- Jerusalém teve 24 violações, incluindo demolições, invasões e agressões em bairros e vilarejos ao redor da cidade.
- Qalqilia registrou 17 casos, em sua maioria restrições de movimento aos agricultores e confisco de terras.
- Belém teve 14 violações, principalmente durante a colheita das azeitonas, enquanto Tulkarem registrou 12 e Jenin 9, concentradas em invasões e ataques a agricultores.

Tipos de violações israelenses durante outubro de 2025

1. Ataques contra colhedores de azeitonas e agricultores

Esta foi a categoria mais comum do mês. As províncias de Ramala, Nablus, Salfit, Belém e Hebron registraram repetidos ataques a agricultores durante a temporada da colheita.

As violações incluíram a proibição de acesso às terras, agressões físicas e verbais, roubo de colheitas, queima de veículos e terras agrícolas, arrancamento e corte de oliveiras, e confisco de equipamentos de colheita.

Essas ações refletem uma política sistemática voltada a enfraquecer economicamente os agricultores e dissuadi-los de permanecer em suas terras, constituindo uma violação clara da Quarta Convenção de Genebra, que garante a proteção dos civis e de suas propriedades sob ocupação.

2. Demolições, escavações e confisco de propriedades

Durante o mês, as forças de ocupação realizaram dezenas de demolições de casas e instalações agrícolas e residenciais nas províncias de Ramala, Jerusalém, Hebron e Tubas, sob o pretexto de falta de licença ou por estarem localizadas em áreas classificadas como (C).

Escavadeiras e veículos de civis foram confiscados, e barracões e quiosques agrícolas usados como meio de subsistência foram destruídos.

Essas operações concentraram-se nas comunidades beduínas e áreas pastoris, refletindo uma política sistemática de limpeza e deslocamento populacional.

3. Agressões físicas e uso de armas de fogo

O relatório documentou dezenas de casos de agressões diretas contra civis — incluindo mulheres e crianças — por parte de soldados e colonos.

Foram registrados disparos de munição real contra civis, resultando em vários feridos e na morte de um cidadão em uma aldeia de Ramallah.

Essas agressões foram acompanhadas de campanhas de intimidação e ameaças dentro das

casas e terras agrícolas dos civis.

4. Colonização e abertura de vias coloniais

A Al-Baidar observou intensa atividade de colonização, incluindo a construção de novas unidades habitacionais, instalação de caravanas, expansão de postos existentes e abertura de estradas de desvio em Jerusalém, Ramala, Salfit e Tubas.

Essas ações demonstram claramente a intenção de impor novos fatos no terreno, comprometendo a viabilidade de um Estado palestino independente e visando, em especial, isolar e cercar as comunidades beduínas.

5. Confisco de terras e recursos naturais

As violações incluíram a apropriação de terras agrícolas e pastoris, o fechamento de fontes de água — como ocorreu na aldeia de Beit ‘Ur al-Fauqa, em Ramala — e o roubo de equipamentos agrícolas.

Isso faz parte de uma política destinada a privar os palestinos de seus recursos naturais e utilizá-los em benefício dos assentamentos próximos.

6. Destrução de propriedades e queima de veículos

Foram registradas dezenas de incidentes em que colonos incendiaram veículos privados, equipamentos agrícolas e colmeias, e destruíram painéis solares e reservatórios de água, especialmente em Ramala e Belém.

Essas práticas fazem parte de uma campanha de terror econômico voltada a enfraquecer a estrutura produtiva das comunidades rurais.

7. Prisões e detenções

As forças de ocupação realizaram prisões e detenções temporárias de cidadãos — incluindo agricultores e crianças — durante incursões em aldeias e comunidades beduínas. Também foram detidos jornalistas e ativistas estrangeiros enquanto documentavam ataques de colonos em Nablus, Tulkarem e Ramala.

O advogado Hasan Melihat, supervisor geral da Al-Baidar, destacou que a análise dos dados sobre as violações israelenses em outubro de 2025 apresenta uma natureza dupla: campo e colonização.

Combina-se a violência direta contra indivíduos (especialmente agricultores) com políticas sistemáticas de controle da terra e dos recursos.

Ele ressaltou ainda que os ataques repetidos contra colhedores de azeitonas e agricultores — ultrapassando 220 casos — demonstram claramente que a temporada da colheita das azeitonas transformou-se em um período de confronto aberto entre palestinos e colonos, em meio à ausência de qualquer proteção internacional efetiva.

Recomendações

A nível nacional palestino

1. Reforçar a presença palestina nas áreas ameaçadas, especialmente nas comunidades beduínas e aldeias próximas a assentamentos, por meio do apoio com materiais básicos e serviços essenciais.
2. Fortalecer o papel das instituições oficiais e de direitos humanos palestinas na documentação coordenada das violações e criar uma base de dados nacional conjunta em cooperação com as organizações da sociedade civil.
3. Garantir proteção aos agricultores durante a colheita das azeitonas, organizando campanhas nacionais de voluntariado e acompanhamento em campo por parte de voluntários e ativistas palestinos e internacionais.
4. Aumentar a conscientização jurídica dos cidadãos sobre seus direitos e os mecanismos de documentação e denúncia em casos de ataques de colonos ou do exército israelense.

A nível internacional e jurídico

5. Instar o Conselho de Direitos Humanos e as Nações Unidas a enviar missões urgentes de investigação para monitorar as violações israelenses contra civis, especialmente no Vale do Jordão, em Jerusalém e nas áreas adjacentes aos assentamentos.
6. Exigir da comunidade internacional e da União Europeia que pressionem Israel a cessar políticas de punição coletiva, demolição de casas e restrição de acesso de agricultores às suas terras, além de abrir investigações sobre os crimes documentados contra os colhedores de azeitonas.

7. Ativar mecanismos internacionais de responsabilização encaminhando os dossiês de violações ao Tribunal Penal Internacional, no âmbito dos crimes de guerra e de deslocamento forçado.
8. Solicitar às organizações humanitárias e de direitos humanos internacionais que ampliem sua presença nas áreas críticas e ofereçam apoio psicológico e material às famílias afetadas.

A nível mediático e comunitário

9. Reforçar a cobertura mediática local e internacional das violações israelenses, destacando as histórias das vítimas e dos agricultores afetados pelos ataques de colonos e pela proibição de colher as azeitonas.
10. Lançar campanhas digitais e presenciais de conscientização sobre a importância de documentar as agressões com som e imagem e preservar as provas para apoiar ações legais futuras.
11. Apoiar iniciativas da sociedade civil e das universidades palestinas para realizar estudos analíticos e de campo sobre o impacto das violações no tecido social e econômico das comunidades beduínas e agrícolas.

Conclusão

A Organização Al-Baidar para a Defesa dos Direitos dos Beduínos e das Aldeias Alvo reafirma seu compromisso firme de continuar o monitoramento em campo e a documentação jurídica de todas as violações israelenses que visam os civis palestinos nas comunidades beduínas e rurais em toda a Cisjordânia.

A organização enfatiza que a continuidade dessas políticas, demolições de casas, confisco de terras, ataques a agricultores e impedimento de acesso às terras agrícolas, constitui uma violação flagrante do direito internacional humanitário e da Quarta Convenção de Genebra.

A Al-Baidar apela a todas as partes competentes para que assumam suas responsabilidades legais e morais, ponham fim a essas violações crescentes e apoiem a resistência das comunidades diante das políticas de deslocamento e colonização.